

Capítulo 4 – Cidadãos, candidatos e deputados: da participação social à participação política

JOSÉ MANUEL LEITE VIEGAS* e SUSANA SANTOS**

* Professor Associado com Agregação no ISCTE-IUL, investigador sénior do CIES, ISCTE-IUL e diretor do Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas, ISCTE-IUL.

** Bolseira de doutoramento da Fundação para a Ciência e Tecnologia, no ISCTE-IUL, investigadora do CIES-IUL.

RESUMO

Uma pesquisa recente feita sobre a realidade portuguesa demonstrou que o envolvimento associativo dos deputados era muito superior ao dos cidadãos em geral. Estes resultados suscitaram o interesse num estudo mais aprofundado desta questão, de modo a perceber-se melhor as relações entre a participação associativa e a participação política. Neste contexto, foi aplicado o mesmo questionário sobre a participação associativa aos candidatos a deputados (eleições legislativas de 2009) que, juntamente com os dados já disponíveis relativamente aos cidadãos e aos deputados, nos permitiram fazer uma análise comparativa mais alargada, cujos resultados são apresentados neste artigo.

Palavras-chave: Representação política; associativismo; capital social; capital político.

1. INTRODUÇÃO

Um estudo anterior evidenciou que os deputados à Assembleia da República apresentavam níveis de participação em associações voluntárias muito superiores aos níveis de participação dos cidadãos em geral (Viegas e Susana, 2009). Considerando que os indivíduos com maior nível de instrução participam mais em associações (Badesco e Neller, 2007), havia que demonstrar que a diferença de envolvimento associativo entre uns e outros não se devia ao facto de os deputados terem níveis de instrução mais elevados relativamente à população em geral, mas devia-se antes a fatores especificamente políticos. Ora, nesse mesmo estudo, constatou-se que a participação dos deputados em associações era muito superior à participação dos cida-

dãos com nível de instrução superior, muito embora estes cidadãos participem mais do que a generalidade da população.

Os resultados obtidos, ditos com esta generalidade, não se revelam surpreendentes e estão, aliás, de acordo com a teoria e resultados empíricos. De facto, como iremos ver mais desenvolvidamente no ponto seguinte, o envolvimento político requer, por um lado, informação e conhecimentos sobre questões e problemas públicos, isto é, competências de gestão e de planeamento de instituições privadas e públicas; e, por outro lado, recursos de representação social, bem como experiência de cooperação e de relacionamento social que, no seu conjunto, se podem adquirir na prática associativa.

No entanto, esse estudo revelou também que havia ainda muito por esclarecer. Desde logo, saber qual o sentido da causalidade entre participação associativa e envolvimento político. Teoricamente, qualquer dos dois sentidos de implicação encontra justificação teórica. O primeiro, isto é, considerar que o envolvimento associativo contribui para explicar o envolvimento político, será o mais evidente, pelas razões já anteriormente avançadas, e é o que predomina na literatura. Corresponde, aliás, à explicação mais antiga, que remonta a Tocqueville (2001 [1835/40]).

A explicação em sentido inverso, isto é, considerar que o envolvimento político propicia as condições para a participação em associações também é compreensível e tem cobertura teórica. De facto, os indivíduos que ocupam cargos políticos alargam o seu campo de relacionamento social e procuram consolidar e aumentar o apoio de que dispõem. O “trabalho político” é também esta procura de apoios que não são estritamente políticos mas sociais. O deputado precisa de conhecer os diferentes setores sociais, estabelecer elos de confiança, conhecer os diferentes problemas, o que o poderá incitar a envolver-se mais nas diferentes associações, particularmente aquelas que melhor possibilitam a angariação de apoios sociais que serão transponíveis para o campo político.

Muitas outras questões ficaram por resolver, nomeadamente sobre as modalidades associativas que melhor contribuem para a atividade política e em que campo ideológico – esquerda ou direita – a participação associativa é maior.

Para avançarmos na resposta a estas e outras questões dispomos, neste estudo, de um novo contributo: um inquérito aos candidatos a deputados (com exclusão dos eleitos) com as mesmas questões de participação associativa colocadas nos inquéritos aos cidadãos e aos deputados. Com este inquérito podemos construir três grupos de indivíduos com graus crescentes de envolvimento político: 1) primeiro, o grupo dos cidadãos em geral; 2) depois, o grupo dos candidatos a deputados, que corresponde a um nível mais elevado de envolvimento político relativamente aos cidadãos; e, 3) finalmente, o grupo dos deputados, a que corresponde o nível mais elevado de envolvimento político. Em termos de trajetória de vida política também

poderemos dizer que a sequência normal será a que vai do cidadão, para o candidato, e finalmente, para deputado.

Neste contexto, e com estes dados, estamos em condições de responder aos seguintes objetivos:

- a) Saber se a participação em associações voluntárias é um recurso que favorece a ação política e, consequentemente, a ocupação de lugares nas listas de candidatura ao parlamento e a sua eleição efetiva;
- b) Saber se a níveis crescentes de participação associativa correspondem também níveis crescentes de envolvimento político, isto é, se o envolvimento associativo dos candidatos a deputados é intermédio do envolvimento associativo dos cidadãos e dos deputados, sendo que o envolvimento associativo dos candidatos definirá um perfil de participação associativa mais próximo do perfil de participação dos deputados do que aquele que corresponde ao perfil de participação dos cidadãos em geral;
- c) Saber se os candidatos a deputados e os deputados se envolvem privilegiadamente em certo tipo de associações, num perfil de participação diferente do perfil de envolvimento dos cidadãos;
- d) Analisar e explicar a relação entre a identidade ideológica e a participação nas diferentes modalidades de associações voluntárias, nos três grupos sociais considerados (cidadãos, candidatos a deputados e deputados).

Este artigo vai desenvolver-se nos seguintes pontos. Primeiramente, será apresentada a teoria sobre as virtualidades democráticas da participação em associações, os critérios de diferenciação das associações e as implicações sociais e políticas de cada um dos tipos de associações. Serão estes desenvolvimentos teóricos que nos permitirão definir um quadro de análise e de interpretação dos dados empíricos recolhidos. Neste mesmo ponto são apresentadas as hipóteses. Num segundo ponto, é apresentada a metodologia. No terceiro ponto, apresentam-se e discutem-se os dados empíricos sobre a participação associativa dos cidadãos, dos candidatos a deputados e dos deputados. No quarto ponto, analisa-se a relação entre a participação nas diferentes modalidades associativas e a identidade ideológica dos indivíduos dos três grupos sociais considerados: cidadãos, candidatos a deputados e deputados. Finalmente, são apresentadas as conclusões.

2. TEORIA E HIPÓTESES

Para compreender a complexidade de posições face às associações é necessário que, antes do mais, diferenciemos as diversas funções que são realizadas pelas associa-

ções, para, num segundo momento, as analisarmos criticamente. Uma primeira distinção será entre o nível macro-social das relações possíveis ou desejáveis entre as associações e o Estado e o nível micro-social de relacionamento dos cidadãos com as associações.

Segundo Warren (2001 e 2004), com larga inspiração em Habermas (1996), poderíamos distinguir os efeitos das associações em três níveis: a) *efeitos a nível individual*: aumento da informação, das competências simbólicas, do sentimento de poder participar, do sentido crítico, da tolerância social e política e das virtudes cívicas em geral; b) *efeitos ao nível da esfera pública*: transformação dos problemas privados ou individuais em problema públicos e políticos; contribuição para a informação pública sobre questões específicas; alargamento do debate deliberativo; c) *efeitos a nível institucional*: representação de interesses, de identidades e de orientações normativas a nível institucional; suporte de ações coletivas de protesto e resistência; funções de coordenação e regulação; papel subsidiário na implementação de políticas públicas.

Historicamente, tomando como referência Alexis de Tocqueville (2001), já eram considerados os efeitos a nível individual, que, num segundo momento, se refletiam no melhor funcionamento das instituições políticas. De facto, a participação associativa melhorava a informação e a educação cívica dos cidadãos envolvidos e, por essa via, a própria vida cívica e política da comunidade.

Os efeitos benéficos referidos no terceiro nível também são bem conhecidos, nomeadamente nas correntes liberais pluralistas. Ao não admitirem o bem comum como algo objetivo que orienta os comportamentos dos agentes sociais na luta política, essas correntes reconhecem que é necessário a organização dos diferentes interesses de modo a eles estarem representados nos fóruns de negociação social e política.

Também as conceções do “Estado de bem-estar social” conferem grande relevo às associações representativas de interesses, nomeadamente as que estão presentes na concertação social, isto é, os sindicatos e as associações patronais.

A análise dos efeitos ao nível da esfera pública corresponde a uma abordagem mais recente do fenómeno associativo, que entronca nas teorias de valorização da sociedade civil (Cohen e Arato, 1999; Alexander, 2006; Seligman, 1992; Habermas, 1996). Segundo este último autor, as associações permitem que os problemas vividos pelos cidadãos a nível individual, desde os mais tradicionais, (como o desemprego e as más condições de trabalho) até aos que expressam os “valores pós-materialistas” (como os problemas ambientais) ganhem um estatuto público e político. Como? Pela capacidade que essas associações têm de transformar os problemas individuais em problemas sociais e políticos e de os carrear para discussão na esfera pública, principalmente através dos órgãos de comunicação social.

É certo que também essa é a função dos partidos políticos, mas estes, tendo como objetivo principal a conquista de lugares de poder pelo voto, terão que fazer alguma redução das reivindicações e das propostas para ter o apoio do maior número possível de cidadãos. A contribuição para o debate na esfera pública fica, assim, condicionada pela definição prévia de estratégia política estabelecida ao nível dos órgãos internos dos partidos políticos. As associações estariam, assim, libertas de sujeição a essas necessidades estratégicas, movimentando-se, por isso, com menores constrangimentos na esfera pública – inclusive na esfera pública política, possibilitando um contributo mais alargado para o debate e discussão política.

A difusão na comunicação social dos problemas sociais e políticos devolvem aos indivíduos uma leitura plural, social e política dos seus problemas, num processo que é simultaneamente enriquecedor da deliberação democrática e da consciência social e política dos cidadãos (Habermas, 1996).

O individualismo crescente das últimas décadas, a par dos desenvolvimentos nas tecnologias de comunicação e consulta à distância (nomeadamente através da Internet) têm substituído as formas mais presenciais de convívio e de investimento nas associações em geral¹. É claro que esse desinvestimento não é geral e existem formas de intervenção recíprocas entre a Internet e a participação social e política. Mas deixemos este aspeto de parte.

No campo da prestação de serviços públicos por entidades privadas associativas, o Estado estabelece parcerias com as associações, nomeadamente as Instituições Privadas de Solidariedade Social (IPSS), num processo que satisfaz todas as partes envolvidas: os indivíduos, porque aumentam as suas competências; as IPSS porque alargam o seu campo de ação; o Estado porque, numa altura de retração de gastos, encontra uma fórmula de regular e manter os serviços prestados aos cidadãos, com um investimento menor.

Poderá haver menos indivíduos inscritos em associações, pelo menos nas associações tradicionais (Putman, 2000; Skopol, 1999), mas estas têm um papel institucional crescente, quer pelo efeito amplificador dos órgãos de comunicação, mas também pelo reconhecimento que lhes é conferido pelo Estado. Neste campo público e institucional, a importância cívica e política das associações resulta do seu contributo para a representação de interesses, para a implementação de políticas, mas, fundamentalmente, pelo seu contributo para a deliberação na esfera pública.

Se as funções desempenhadas pelas associações são muito diversas, a questão que se coloca, seguidamente, é de saber se todas as associações desempenham igual-

¹ Veja-se o modelo de “cidadão crítico” de Pippa Noris (1999) e os seus processos de atuação.

mente essas funções, ou se cada uma dessas funções é desempenhada por um dado tipo de associação. É óbvio que associações diferentes, desempenham funções diferentes. Basta o senso comum para percebermos que, por exemplo, uma associação filatélica não desempenha as mesmas funções sociais que uma associação de defesa do ambiente. É necessário, então, definirmos tipos de associações, que englobem modalidades associativas com características comuns.

Em artigo anterior, apresentámos as tipologias de associações apresentadas por diferentes autores (Viegas, 2004). Nuns casos, essas tipologias assentam em critérios puramente teóricos (Kriesi e outros, 1995; Putnam, 2000). Noutros casos, e com apoio em análises estatísticas multivariadas, constroem-se taxonomias de associações, de acordo com a proximidade existentes entre elas, que são captadas pelas preferências de participação dos agentes sociais. Combinando as duas perspetivas, Wessel (1997), distingue três tipos de associações: associações políticas (que incluem as profissionais), as associações que expressam os *novos movimentos sociais* e as associações de carácter social. Van Deth e Kreuter (1998) chegam a uma proposta muito semelhante: associações que expressam a *nova agenda política*, as associações de carácter *social* (que incluem as associações religiosas e de carácter social) e as associações que expressam os *interesses* tradicionais (partidos políticos e organizações profissionais).

A proposta de tipologia de associações que apresentaremos de seguida, inspira-se nas que indicámos, mas não se confunde com nenhuma delas, a saber: associações de “carácter social e cultural”, associações de “defesa de interesses de grupo” e associações que expressam “os novos movimentos sociais”.

As associações de “carácter social e cultural” englobam as seguintes modalidades associativas: a) as associações de solidariedade social e religiosas; b) as associações desportivas, culturais e recreativas; c) as associações de pais e moradores.

Estas são associações que, primordialmente, realizam funções de integração social. De modo algum queremos dizer que não desempenham outras funções, mas sim, que as associações deste tipo desempenham, predominantemente, funções de integração social. Existe, aliás, alguma diversidade interna nas associações integradas neste grupo, que se irá refletir, obviamente, nas funções desempenhadas. Em última análise, poderíamos mesmo dizer que as funções desempenhadas por cada uma dessas associações dependerão de vários fatores: da sua história, dos seus membros, dos seus dirigentes, etc. Ao fazermos corresponder a função de integração social às associações englobadas neste tipo, estamos, obviamente, a fazer uma generalização.

As associações de “defesa de interesses de grupo” englobam as seguintes modalidades associativas: a) os sindicatos, ordens e associações profissionais e de pensionistas; b) as associações empresariais ou financeiras.

As associações englobadas neste tipo desempenham, claramente, funções de representação social. É verdade que algumas delas, como os sindicatos e as associações socioprofissionais, intervêm ocasionalmente no debate público, mas essa intervenção é predominantemente orientada para a defesa de interesses de grupo, isto é, numa lógica de fação. Os partidos políticos, embora sejam associações de representação de interesses, não foram englobados, por se considerar que, hoje em dia, têm uma forte integração nos órgãos de poder político².

As associações que expressam “os novos movimentos sociais” englobam as seguintes modalidades associativas: a) associações de defesa dos direitos de cidadania; b) associações de consumidores; c) associações ecologistas e ambientais; d) associações de defesa dos animais.

As associações deste tipo são, claramente, as que têm maior presença na esfera pública, contribuindo para o debate deliberativo. Muitas delas são também as associações que mais próximas estão da esfera política – mas é arriscado generalizar. Por um lado, algumas destas associações estão mais direccionadas para os seus membros do que para os órgãos políticos; como, por exemplo, algumas associações de defesa dos animais (mas não todas, porque algumas têm uma presença forte na comunicação social denunciando situações de maus tratos relativamente a animais). Por outro lado, há associações de outros tipos, como os sindicatos, anteriormente englobados no tipo de associações de “defesa de interesses de grupo”, mas que estão bastante próximos do poder político, nomeadamente no âmbito na concertação social.

Depois de apresentarmos as funções e tipologia de associações estamos em condições de avançarmos para as hipóteses, a saber:

Hipótese 1 – Indivíduos com maior participação em associações voluntárias estão em melhores condições para entrar na política ativa e, em consequência, serem candidatos ou deputados.

Hipótese 2 – Os candidatos a um lugar na Assembleia da República tem um nível de participação associativa intermédio comparado com o nível, inferior, de participação dos cidadãos em geral; e com o nível, superior, de participação associativa dos deputados, mas mais próximo do nível de participação destes últimos.

Hipótese 3 – Os deputados e os candidatos participam mais em associações que expressam os “novos movimentos sociais”, em comparação com a participação dos cidadãos em geral.

² O nosso entendimento está muito próximo do de Cohen (1994: 38) quando diz que os partidos políticos e as associações políticas em geral formam o que autor designa por “sociedade política”, com um funcionamento muito próximo do Estado, razão pela qual ele não inclui essas associações na “sociedade civil”; no entanto, nós não generalizariamos ao ponto de excluir todas as associações políticas da sociedade civil, mas apenas os partidos políticos.

Hipótese 4 – Os deputados e os candidatos participam mais em associações de “representação de interesses”, como os sindicatos e as organizações patronais, em comparação com a participação dos cidadãos em geral.

Hipótese 5 – Os indivíduos (cidadãos, candidatos e deputados) que participam em associações que expressam os “novos movimentos sociais” e nos sindicatos têm uma mais forte identidade ideológica de esquerda do que os membros de todas as outras associações voluntárias.

Hipótese 6 – Os indivíduos (cidadãos, candidatos e deputados) que participam em associações religiosas, clubes desportivos e organizações empresariais têm uma mais forte identidade ideológica de direita do que todos os outros membros de associações voluntárias.

3. METODOLOGIA

A metodologia utilizada neste artigo é exclusivamente quantitativa e tem como base os dados obtidos em três inquéritos por questionário realizados em Portugal continental: a) inquérito por questionário a uma amostra de 1350 cidadãos portugueses, com idade compreendida entre os 18 e 70 anos, representativos da população de Portugal continental; este inquérito foi realizado em 2008; b) inquérito aos deputados à Assembleia da República (eleitos em 2006) em número de 141, tendo a amostra sido ponderada por partido e género; c) inquérito aos candidatos à Assembleia da República nas eleições parlamentares de 2009, em número de 203, tendo a amostra sido ponderada por partido político e sexo.

O indicador utilizado para medir a participação numa determinada modalidade associativa é dado pela resposta à seguinte pergunta (a mesma pergunta aparece nos três inquéritos por questionário: cidadãos, candidatos e deputados): “foi membro da associação ... nos últimos 12 meses?” Uma lista de associações foi apresentada ao respondente, que foi questionado para cada associação.

As diferentes modalidades de associação foram agrupadas em três tipos de associações como previamente indicado. Considera-se que os três grupos considerados – cidadãos, candidatos a deputados e deputados – definem três patamares de envolvimento político crescente. Distinguir os cidadãos dos outros dois grupos, candidatos e deputados eleitos, no que se refere ao envolvimento político, parece evidente.

No caso dos candidatos a deputados e dos deputados a diferença de envolvimento político poderá ser menor, mas existe. De facto, as listas integram indivíduos que, embora com *curriculum* político que lhes permite serem seleccionados para as listas de candidatura, não ocupam posições suscetíveis de serem eleitos. São indivíduos que, ou por terem menor participação político-partidária, ou por terem envol-

vimento noutras áreas, nomeadamente profissionais, não estão em condições de se envolverem tão intensa, ou exclusivamente, na política. Os eleitos definem um núcleo duro de militantes cujo centro de investimento é claramente a política. No campo dos candidatos, também poderá haver indivíduos nessa situação, nomeadamente aqueles candidatos que estão na zona cinzenta, isto é, a sua eleição depende da percentagem de votos recolhida pelo seu partido na eleição respetiva, mas, os elementos do resto da lista são claramente militantes com outras prioridades ou não têm suficiente experiência política anterior para ficarem nos lugares elegíveis. Em qualquer dos casos, os candidatos, no seu conjunto, definem um grupo com menor envolvimento político do que o dos eleitos.

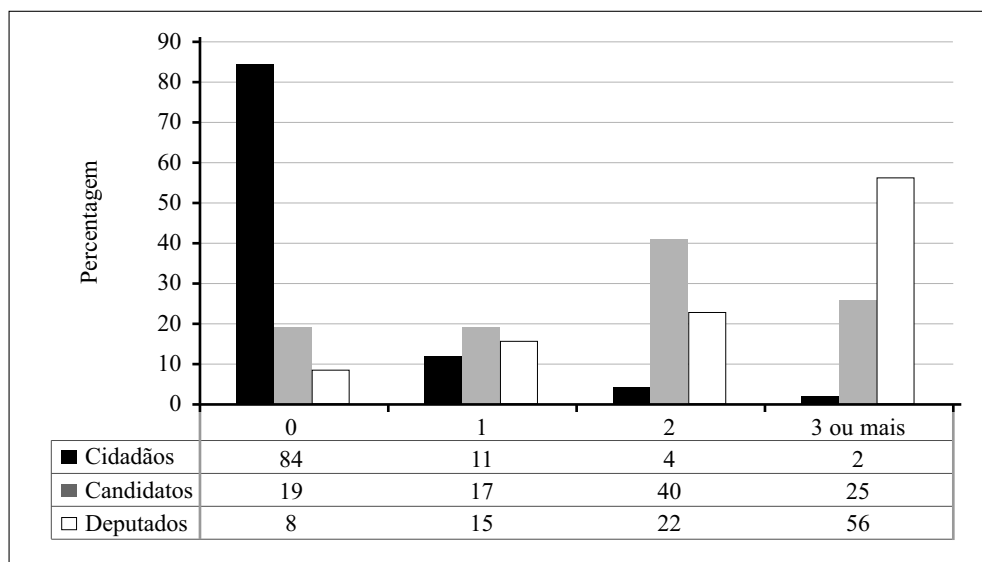
Relativamente ao investimento nas associações, particularmente na participação diferenciada de acordo com as funções dessas associações e a sua proximidade da política, regulamo-nos pelo que foi dito anteriormente. As associações que expressam os “novos movimentos sociais” e as que realizam a “representação de interesses” serão as que têm uma maior presença na esfera pública e, concomitantemente, estão mais próximas da esfera política. As associações de “carácter social e cultural” têm mais efeitos a nível individual do que no campo público e político. De facto, a integração ou exclusão social tem, obviamente, efeitos políticos, mas não diretamente.

4. PARTICIPAÇÃO ASSOCIATIVA DE CIDADÃOS, CANDIDATOS A DEPUTADOS E DEPUTADOS

Comecemos por analisar a participação em associações dos indivíduos pertencentes aos três grupos em estudo – cidadãos, candidatos e deputados – para averiguarmos do maior ou menor nível de participação associativa de cada um dos grupos considerados. Um primeiro indicador utilizado será o número de associações a que cada um dos inquiridos pertence, com as seguintes possibilidades: a) não pertence a nenhuma associação; b) pertence a uma; c) pertence a duas; d) pertence a três ou mais associações. São apresentados os resultados para os três grupos considerados (Figura 1).

Um primeiro olhar sobre os dados empíricos permite-nos constatar que existem diferenças na participação associativa de cidadãos, candidatos e deputados à AR, tal como ficou exposto nas nossas hipóteses.

Figura 1 – Percentagem de indivíduos – cidadãos, candidatos e deputados que pertencem a nenhuma, uma, duas, três ou mais associações



Fontes: Freire, Viegas e Seiceira, 2009 e Freire e Viegas, 2009.

De acordo com a Figura 1, verificamos que os cidadãos em geral envolvem-se pouco nas associações voluntárias, com valores de não participação da ordem dos 84 %, e que apenas 2% dos cidadãos participa em três ou mais associações. No que respeita aos candidatos a deputados à Assembleia da República, estes ocupam, numa análise global, uma posição intermédia de participação associativa, se os compararmos com os cidadãos e com os deputados, o que vai ao encontro das nossas hipóteses.

Esta posição intermédia revela-se, desde logo, na percentagem dos candidatos que não pertencem a nenhuma associação, que é de 19%, valor entre os 8% dos deputados que não se envolvem em nenhuma associação e os 84% dos cidadãos que estão na mesma situação. Observando a outra posição extrema, relativa à participação em três ou mais associações, a posição dos candidatos a deputados, com um nível de participação de, aproximadamente, 25%, encontra-se num ponto intermédio entre o nível de participação dos deputados, de aproximadamente 56%, e o nível de participação dos cidadãos em geral, de 2%.

Analisámos anteriormente a amplitude de participação, isto é, o número de associações a que cada um dos grupos estudados pertence. Trata-se agora de fazer uma análise mais fina, isto é, saber em que modalidades de associações é que os elementos de cada grupo participam, para melhor determinarmos o sentido dessa participação.

Tabela 1 – Pertença associativa por modalidade de associações: comparação entre os cidadãos, os candidatos e os parlamentares (%)*

Modalidade de associações		Inquéritos		
		População (n=1350)	Candidatos (n=203)	Deputados (n=141)
Novos movimentos sociais	Novos movimentos sociais	2	34	59
Associações sociais e culturais	Clubes desportivos	4	16	49
	Organizações culturais	1	26	49
	Associações e clubes recreativos	3	13	31
	Organizações religiosas	2	9	18
	Organizações sociais	4	30	47
Defesa de interesses	Sindicatos	4	35	16
	Associações profissionais	3	31	36
	Associações patronais	1	4	8

* Valores percentuais arredondados às unidades.

Fontes: Freire, Viegas e Seiceira, 2009 e Freire e Viegas, 2009.

Uma primeira constatação, na análise da tabela 1, é que os candidatos a deputados têm uma participação associativa de nível intermédio entre a participação social da população e a participação social dos deputados em praticamente todas as modalidades, o que corrobora os resultados anteriores e vai ao encontro das nossas hipóteses.

Numa única modalidade os candidatos têm uma participação maior do que a dos deputados à Assembleia da República: os sindicatos, com o valor de 35% de participação para os candidatos contra os 16% de participação para os deputados.

Uma possível explicação reside no facto de os sindicatos deterem importantes recursos de representação mas, para salvaguardar a sua independência face aos partidos, apenas uma pequena parte dos seus membros ocupam uma posição elegível nas listas de candidatura ao parlamento. Desta forma acautelam-se os interesses de ambas as partes. Os sindicatos mantêm a sua independência face aos partidos políticos, o que lhes permite defenderem os seus associados com liberdade de ação relativamente às promessas eleitorais de cada partido, podendo ir contra as decisões dos políticos e suas direções partidárias. Mas, mantendo alguns dos seus representantes em lugares elegíveis nas listas de candidatos a deputados à Assembleia da República, garantem que as suas reivindicações sociais serão discutidas no parlamento e que terão voz na esfera pública política. Os partidos políticos, ao selecionarem sindicalistas para as suas listas, aumentam a sua base de representação social, mas, ao restringirem essa presença sindical nas listas de candidatura, garan-

tem a sua margem de manobra negocial entre os compromissos com os eleitores e com os sindicatos.

No caso da participação em associações que expressam os “novos movimentos sociais” e organizações profissionais, o nível de participação dos candidatos (34%) está mais próximo do nível de participação dos deputados (59%) do que do nível de participação dos cidadãos (2%), o que vai ao encontro das nossas hipóteses. De facto, e como foi desenvolvido no ponto teórico, as associações deste tipo são as que têm maior presença no espaço público, apresentando problemas, denunciando situações e fazendo propostas dirigidas ao poder político. A proximidade entre estas associações e o poder político é evidente. A experiência e capital de representação conquistado neste campo é, aliás, de grande importância para o campo político.

A elevada participação em associações culturais dos candidatos a deputados e dos deputados – que é muito mais elevada do que a participação dos cidadãos – não estava contemplada nas nossas hipóteses (dado ter sido considerado que as “associações sociais e culturais” têm funções primordiais de integração social) mas que poderá ser explicada pela proximidade destas associações com as que contribuem para o debate na esfera pública (associações que expressam os “novos movimentos sociais”). Tradicionalmente, as organizações culturais, pelo tipo de programas e objetivos que prosseguem e pelas ações que desenvolvem têm um papel importante de promoção da cultura, mas não só, contribuindo de igual modo para alargar o espaço e os temas de debate na esfera pública; como exemplo, poderíamos referir o papel dos cineclubes um pouco por todo o país, ou ainda os espaços de tertúlia e discussão nas mais variadas associações culturais: literárias, de teatro amador, de defesa do património, musicais, etc.

Ainda na análise da relação entre os três grupos – cidadãos, candidatos e deputados – e a participação em associações voluntárias importava clarificar qual o peso da educação. Partimos da hipótese, já levantada em estudo anterior (Viegas e Santos, 2009) que a posse de recursos simbólicos, atestada pela posse de diplomas escolares, influencia a forma como os cidadãos em geral se envolvem nas associações voluntárias: um maior nível de escolaridade propicia um mais elevado grau de envolvimento social (Badesco e Neller, 2007). Mas será que o nível mais elevado de participação de candidatos e de deputados relativamente aos cidadãos se deve simplesmente a este fator educacional, ou deve-se, também, a fatores especificamente políticos?

A leitura da tabela 2, em que estão representados os valores de participação associativa da parte da população com nível de instrução superior, responde a essa pergunta. O que verificamos é que o nível de participação nas várias modalidades de associações do segmento da população com ensino superior é maior do que o da população em geral, mas muito inferior ao nível de participação dos candidatos e dos deputados.

Nas associações com um papel importante no debate público e na função de representação social, a diferença de envolvimento dos candidatos e deputados relativamente aos cidadãos mais escolarizados continua a ser muito significativa, nomeadamente no que se refere à participação em associações que expressam os “novos movimentos sociais”: 8% de pertença para os cidadãos com nível de instrução superior, comparativamente aos valores equivalentes para os candidatos, 34%, e para os deputados, de 59%. Estes resultados confirmam as nossas hipóteses.

Também noutras modalidades associativas, a diferença entre a participação de cidadãos com ensino superior e a participação dos candidatos e deputados é significativa, nomeadamente nas “organizações sociais” e nas “associações culturais”. Assim, podemos afirmar que a educação, só por si, não explica a maior participação associativa dos políticos (candidatos e deputados).

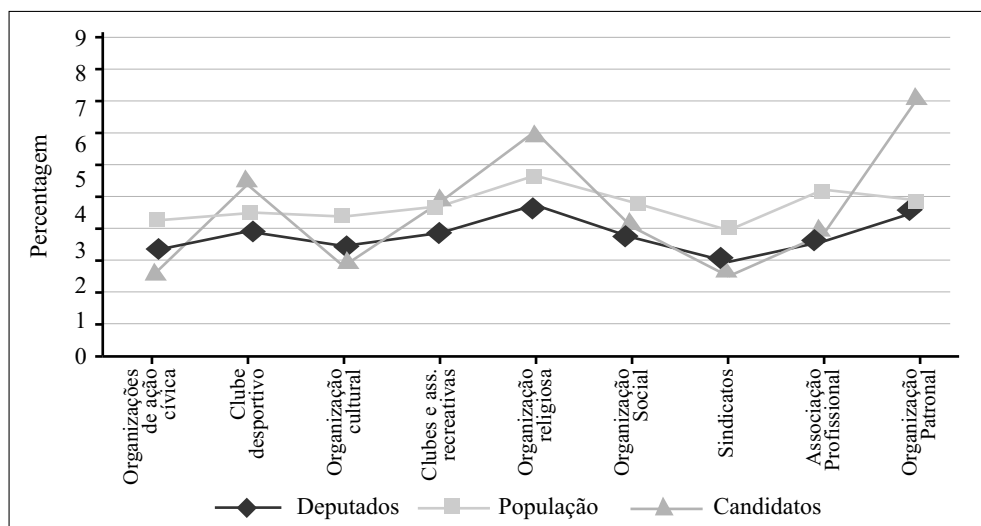
Tabela 2 – Pertença associativa por modalidade de associações: comparação entre os cidadãos com ensino superior, os candidatos e os parlamentares (%)*

Modalidade de associações		Inquéritos		
		Cidadãos com ensino superior (n=151)	Candidatos (n=203)	Deputados (n=141)
Novos movimentos sociais	Novos movimentos sociais	8	34	59
Integração social	Clubes desportivos	5	16	49
	Organizações culturais	5	26	49
	Associações e clubes recreativos	7	13	31
	Organizações religiosas	4	9	18
	Organizações sociais	2	30	47
Defesa de interesses	Sindicatos	9	35	16
	Associações profissionais	14	31	36
	Associações patronais	0	4	8

* Valores percentuais arredondados às unidades. Fontes: Freire, Viegas e Seiceira, 2009 e Freire e Viegas, 2009.

No último ponto da nossa análise empírica, pretendemos testar a relação entre a participação em associações dos três grupos considerados e o auto-posicionamento ideológico dos indivíduos. Partimos das hipóteses, formuladas no ponto 2, de que os indivíduos que participam em associações que expressam os “novos movimentos sociais” e os sindicatos têm uma identidade ideológica de esquerda mais forte, e que, pelo contrário, os indivíduos que participam em associações religiosas, desportivas e patronais têm uma identidade ideológica de direita mais pronunciada.

Gráfico 2 – Auto-posicionamento na escala esquerda-direita dos cidadãos, candidatos e deputados, de acordo com a sua pertença associativa (%)



Fontes: Freire, Viegas e Seiceira, 2009 e Freire e Viegas, 2009.

A Figura 2 mostra que os membros de três modalidades associativas – as que expressam os “novos movimentos sociais”, as associações culturais e os sindicatos – se posicionam mais à esquerda, na escala esquerda-direita, do que os membros de todas as outras modalidades. Isto é mais visível para o caso dos candidatos a deputados, mas também para os deputados e, mesmo, embora em menor grau, para os cidadãos. No caso das associações que expressam os “novos movimentos sociais” e no caso dos “sindicatos”, os resultados são os esperados. É óbvio que a pertença a sindicatos não é uma exclusividade da esquerda, mas de um modo geral, as ideologias de esquerda, nas suas diferentes vertentes, apelam, com mais veemência, à militância dos trabalhadores particularmente no campo sindical.

Quanto à pertença a associações que “expressam os novos movimentos sociais”, a mesma ideia de militância de esquerda, serve de explicação ao predomínio da identidade de esquerda. O debate na esfera pública é, em grande parte, alimentado por associações que denunciam situações, que apelam à mudança, que pretendem mobilizar os indivíduos. Ora, se como dissemos anteriormente, estas não são características exclusivas da esquerda, são no entanto ideias e processos que mais vulgarmente lhe estão associados.

Já no que respeita às associações culturais, os resultados, mais uma vez, não foram os previstos. Mas, refletindo *a posteriori* sobre o campo semântico de “associação cultural”, verificamos que esses resultados têm uma explicação lógica, que está em linha com a teoria invocada. Repare-se que distinguimos as “associações

culturais” das “associações recreativas”. Enquanto que estas apelam mais para a convivibilidade, a distração, as sociabilidades em geral, as “associações culturais” remetem para o campo artístico, científico, isto é, onde se colocam questões problemáticas, onde se afirma a discussão e a dialética. Os dados obtidos estão de acordo com a teoria invocada, visto que as organizações culturais estão mais próximas do debate público e ideológico, enquanto que as outras associações do tipo “social e cultural” têm uma função mais notória de integração social.

Os dados mostram ainda que existem três modalidades associativas (associações religiosas, organizações patronais e clubes desportivos) em que os seus membros se posicionam mais à direita na escala esquerda-direita, em linha com a nossa hipótese. A explicação é que os indivíduos de direita privilegiam os temas e processos que não fraturam socialmente, não alimentam conflitos, antes contribuem para a sociabilidade, o equilíbrio e a legitimação da ordem social.

5. CONCLUSÕES

Todas as hipóteses foram corroboradas, muito embora num ou noutro ponto tenham surgido resultados não previstos à partida. No entanto, mesmo estes casos enquadraram-se no quadro teórico apresentado, Referimo-nos, por exemplo, ao facto da participação em associações culturais dos cidadãos, candidatos e deputados ser em tudo similar à participação em associações que expressam “os novos movimentos sociais” e não às associações de “carácter social e cultural”.

A comparação entre a participação associativa dos cidadãos com a participação dos candidatos e deputados revelou – como esperávamos – o maior envolvimento dos candidatos e dos deputados relativamente aos cidadãos em geral, em todos os tipos e modalidades de associação. A um nível mais elevado de participação associativa corresponde um maior envolvimento político (de cidadão para candidato e deste para deputado). Nesta fase da pesquisa, parece-nos ser legítimo afirmar que o capital simbólico adquirido por via da experiência associativa pode ser transformado em capital político, ou pelo menos, reforçá-lo.

A comparação entre os cidadãos com ensino superior e os candidatos e deputados evidenciou que o capital cultural é importante, no entanto, também ficou demonstrado que a educação, só por si, não explica o maior investimento nas associações dos deputados e candidatos relativamente à população.

De acordo com as nossas hipóteses, confirma-se que as associações com maior presença no debate público e de ideias (associações que expressam os “novos movimentos sociais”) e representação de interesses (sindicatos) são constituídas em maior número por indivíduos – cidadãos, candidatos e deputados – com identidade ideológica de esquerda.

Nas associações de carácter social e cultural”, sobretudo as associações religiosas, os clubes desportivos e as associações de defesa de interesses (associações patronais) predominam os indivíduos – cidadãos, candidatos e deputados – com identidade ideológica de direita.

Na participação em associações culturais, verificámos que predominam indivíduos com uma identidade ideológica de esquerda, o que não foi previsto à partida, mas se ajusta ao quadro teórico inicialmente avançado.

BIBLIOGRAFIA

- Alexander, Jeffrey. (2006). *The Civil Shere*. Oxford: Oxford University Press.
- Badesco, Gabriel e Katja Neller. (2007). In Jan Van Deth et all. (Eds.). *Citizenship and Involvement in European Democracies*. London: Routledge, 158-187.
- Cohen, Jean. (1994). Interpretating the notion of civil society, in Michael Walzer (Org.), *Toward a global Civil Society*. Providence: Berghahn Books, 35-40.
- Cohen, Jean e Andrew Arato. (1999). *Civil Society and Political Theory*. Cambridge (Massachusetts): The MIT Press.
- Freire, André, José Manuel Leite Viegas e Filipa Seiceira. (Orgs.) (2009). *Representação Política em Portugal*. Inquéritos e Bases de Dados, Lisboa: Sextante.
- Freire, André e José Manuel Leite Viegas. (2009). *Inquérito aos Candidatos nas Eleições Legislativas de 2009*, André Freire e José Manuel Leite Viegas (Coords.) (2008-2010), projeto “Os Deputados Portugueses em Perspectiva Comparada: Eleições, Liderança e Representação Política” (PTDC/CPO/64469/2006), 2008-2010, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, CIES-IUL.
- Habermas, J. (1996). *Between facts and norms*. Cambridge: Polity.
- Kriesi, H., Koopmans, R., Duyvendank, J. W. & Giugni, M. G. (1995). New social movements in *Western Europe: A comparative analyses*. Minneapolis, MN: University of Minnesota Press.
- Norris, Pippa. (1999). *Critical citizens. Global support for Democratic Government*. Oxford: Oxford University Press.
- Putnam, R. (2000). *Bowling alone: The collapse and revival of American community*. New York, NY: Simon Schuster.
- Seligman, Adam A. (1992). *The Idea of Civil Society*. Princeton: Princeton University Press.
- Skopol, Theda. (1999). Associations without members, *American Prospect*, 45 (Junho-Julho), 66-73.
- Tocqueville, Alexis. (2001, 1835). *Da democracia na América*. Cascais: Principia.
- Van Deth, J. and Kreuter, F. (1998). Membership of voluntary associations, in Van Deth, J. (Ed.). *Comparative politics: The problem of equivalence*, London: Routledge, 135-55.

- Viegas, J. M. L. (2004). Implicações democráticas das associações voluntárias: O caso português numa perspetiva comparativa europeia, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 46, 33-50.
- Viegas, José Manuel Leite e Susana Santos. (2009). Envolvimento dos cidadãos e dos parlamentares nas associações, in Freire, André e José Manuel Leite Viegas. (Orgs.), *Representação Política – O Caso Português em Perspectiva Comparada*. Lisboa: Sextante Editora, 119-143.
- Viegas, J. M. L. e Susana Santos. (2008). Associativismo, cidadania e democracia, *Finisterra* 58/59/60.
- Viegas, J. M. L., Pinto, A. C. & Faria, S. (Eds.). Democracia: Novos desafios, novos horizontes, Oeiras: Celta.
- Warren, M. (2004). Que tipo de sociedade civil é melhor para a democracia?, in Warren, M. (2001). *Democracy and associations*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Wessel, B. (1997). Organizing capacity of societies and modernity, in Van Deth, J. (Ed.). *Private groups and public life: Social participation and political involvement in representative democracies*. London: Routledge, 198-219.

